

**RECURSO ESPECIAL nº 1798456 - SP (2019/0047833-8)**

**RELATOR : MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO**

RECORRENTE : NORFOLK INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
RECORRENTE : TECNISA CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA  
ADVOGADO : MARIO RICARDO BRANCO - SP206159  
RECORRIDO : THIAGO JUSTINO DE OLIVEIRA  
AGRAVANTE : THIAGO JUSTINO DE OLIVEIRA  
ADVOGADO : PAULO JOSE ROCHA DE OLIVEIRA - SP288567  
AGRAVADO : NORFOLK INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
AGRAVADO : TECNISA CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA  
ADVOGADO : LUIZ OTAVIO BOAVENTURA PACIFICO - SP075081  
AGRAVANTE : NOVOLAR INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA  
ADVOGADO : MARIO RICARDO BRANCO - SP206159  
AGRAVADO : THIAGO JUSTINO DE OLIVEIRA  
ADVOGADO : PAULO JOSE ROCHA DE OLIVEIRA - SP288567

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por THIAGO JUSTINO DE OLIVEIRA em face de decisão que não admitiu o seu recurso especial.

2. A irresignação não merece prosperar.

A parte agravante não rebate, de forma específica, clara e fundamentada, os argumentos da decisão agravada, notadamente de não cabimento de análise de afronta a dispositivo constitucional na via especial e de deficiência de fundamentação do recurso especial.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

E continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2019.

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator

